



REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr. João Daniel)

Requer a realização de audiência pública para atualização de informações referentes às investigações administrativas e penais em andamento, sobre as medidas adotadas para controle e mitigação dos danos ambientais e sobre a situação das comunidades atingidas pelo desastre ambiental do derramamento de óleo no Nordeste.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para atualização de informações referentes às investigações administrativas e penais em andamento, sobre as medidas adotadas para controle e mitigação dos danos ambientais e sobre a situação das comunidades atingidas pelo desastre ambiental do derramamento de óleo no Nordeste.

Para a ocasião, em data a ser posteriormente agendada, propomos os seguintes convidados:

a) Para tratar das investigações sobre a responsabilidade pelo desastre:

- a.1) Delegado Agostinho, da Superintendência da Polícia Federal de Natal - Agência Nacional do Petróleo – ANP;
- a.2) Ramiro Rockenbach, Procurador do Ministério Público Federal em Sergipe;





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO EXTERNA DO DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO NORDESTE**

- a.3) Almirante Marcos Sertã, Diretor de Hidrografia e Navegação/Marinha do Brasil;
- b) Para tratar das medidas de mitigação, controle e monitoramento dos danos ambientais:**
- b.1) Fernanda Cunha Pirillo Inojosa, Coordenadora-Geral de Emergências Ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama);
- b.2) Martha Carvalho Dias de Figueiredo, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal em Sergipe;
- b.3) Carlos Alberto Pinto dos Santos, Secretário Executivo da Comissão Nacional para o Fortalecimento das Resex Costeiras e Marinhas (CONFREM);
- c) Para tratar da situação das comunidades atingidas:**
- c.1) Ormezita Barbosa, representante do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP);
- c.2) Martilene Rodrigues, Secretária Nacional do Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP);
- c.3) Peter May, Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Impactos Socioeconômicos (GT 3), da Coordenação Científica (GAA) da Marinha sobre o Derramamento do Óleo.

JUSTIFICAÇÃO

Estamos prestes a completar dois anos desde que as primeiras manchas de óleo foram notificadas nas praias no Nordeste brasileiro (agosto de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO EXTERNA DO DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO NORDESTE

2019), marcando o início do maior desastre ambiental em extensão do Brasil. Apesar do longo período já transcorrido, diversas perguntas fundamentais ainda continuam sem resposta, tais como quais foram os responsáveis pelo desastre e quais serão as sanções aplicadas. Também não está claro para a sociedade a magnitude dos impactos ambientais remanescentes, os riscos à saúde que ainda podem existir e as medidas em adoção para monitoramento, controle e mitigação dos dados ecológicos.

As comunidades pesqueiras atingidas, especialmente pescadores e marisqueiras, continuam padecendo com os prejuízos decorrentes da possível contaminação do pescado e os efeitos sobre a saúde dos que continuaram pescando e se alimentando do pescado continuam desconhecidos. “Em 9 estados nordestinos, 40,4% dos pescadores artesanais entrevistados pela pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, no começo de 2020, relataram que estuários e/ou manguezais próximos foram atingidos, 67,5% relataram queda de renda por conta do petróleo nas praias. A redução da renda média entre os pescadores foi de 37,8%”¹.

Não obstante a ausência de respostas, o derramamento de óleo no Nordeste não mais ocupa espaço de destaque nos grandes meios de comunicação e está perdendo espaço também no Parlamento. O encerramento da CPI do óleo, sem que nem mesmo fosse votado o Requerimento 607/2021, que propunha a prorrogação do seu prazo de funcionamento, é alarme claro de enfraquecimento do tema.

Esta Comissão, no entanto, ainda pode servir de importante instrumento para trazer transparência à sociedade e cobrar do Poder Público ações de resposta a esse desastre, que está longe do fim.

Assim, a audiência pública aqui proposta visa resgatar o tema e atualizar a sociedade sobre as investigações administrativas e penais em andamento, sobre as medidas adotadas para controle e mitigação dos danos

1 CAMPANHA MAR DE LUTA. Carta de Repúdio pelo Encerramento da CPI do Óleo. Brasília. Maio/2021

Câmara dos Deputados | Anexo IV – 6º andar - Gabinete 605 - 70160900 - Brasília DF
Tel: (61) 3215-5605 - Fax: (61) 3215-2605 | E-mail: dep.joaodaniel@camara.gov.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO EXTERNA DO DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO NORDESTE

ambientais e sobre a situação das comunidades atingidas pelo desastre ambiental do derramamento de óleo no Nordeste.

Sala da Comissão, em 20 de maio de 2021.

Deputado **JOÃO DANIEL**
(PT/SE)

